
A GÊNESE DO TOTALITARISMO NO HISTORICISMO PLATÔNICO: KARL POPPER E A SOCIEDADE ABERTA E SEUS INIMIGOS

Rodrigo Coppe Caldeira

Resumo: *este artigo tem como objetivo apresentar celere-mente as principais críticas de Popper ao historicismo, partindo de suas críticas ao pensamento platônico no primeiro volume de sua obra 'A sociedade aberta e seus inimigos'. Tal crítica baseia-se em algumas hipóteses de ligação entre o historicismo e as formas utópicas de pensamento, calcadas na busca de construir o paraíso na terra. Para Popper, essa pretensão nos conduziu, não raras vezes, por outro lado, ao inferno, o que nos levaria a concluir que deva ser eliminada de uma vez por todas.*

Palavras-chave: *Karl R. Popper, Filosofia, História, Histori-
cismo*

Karl Raimund Popper (1902-1994) é considerado um dos grandes filósofos do século XX. Suas reflexões perpassaram vários temas filosóficos. As mais centrais delas foram as relacionadas à epistemologia. Nesse campo, lançou sua ampla teoria do falsificacionismo e fez história com seu livro *A lógica da pesquisa científica* (POPPER, 2007). Defensor sagaz da democracia liberal, atacou todas as formas de totalitarismos vividos no século XX, especialmente o comunismo. Seu ataque concentrou-se nas bases epistemológicas do pensamento marxista, centralizando suas críticas, especificamente, no historicismo. O pensador austríaco escreveu quatro densas obras nas quais desfechou sua teoria anti-historicista: *Miséria do historicismo* (POPPER, 2005), *A sociedade aberta e seus inimigos*, em dois volumes (POPPER, 1974) e *Contra Marx* (POPPER, 2000). Este trabalho tem com objetivo apresentar as críticas do filósofo ao historicismo, partin-

do de sua crítica ao pensamento platônico, no primeiro volume de *A sociedade aberta e seus inimigos*¹.

AS BASES HISTORICISTAS DO PENSAMENTO PLATÔNICO: A CAMINHO DO TOTALITARISMO

As críticas de Popper ao historicismo, como apresentado em Platão, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx e Oswald Spengler, foi se delineando a partir de 1935, quando fez o primeiro esboço do que viria a ser a *Miséria do historicismo*. Enquanto elaborava o seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos*, durante a Segunda Grande Guerra, Popper enviou os manuscritos de *Miséria do historicismo*² a Friedrich Hayek³, que os publicou pela primeira vez em forma de três artigos na revista *Economica*, em 1944 e 1945.

Nas suas três principais obras sobre o historicismo, o filósofo buscou conectar a idéia historicista de fundo com as teorias utópicas, muito em voga durante o “longo século XX” e que levaram à implementação dos totalitarismos modernos. Popper (1974, p. 16) objetivava, com *A sociedade aberta e seus inimigos*, “contribuir para que compreendamos o totalitarismo e a significação da permanente luta contra ele”. Os escopos de Popper partem, assim sendo, de um projeto político: demonstrar as raízes do totalitarismo, suas bases utópicas, particularmente historicistas, e lutar contra ele.

O autor parte da reflexão que faz do estatuto epistemológico das ciências sociais. Segundo ele, existem certas epistemologias nesse campo de saber, que defendem que a ciência tem como tarefa “fazer predições, ou antes, aprimorar nossas predições cotidianas, colocando-as em bases mais seguras [...] acreditam haver descoberto leis históricas que habilitam a profetizar o curso dos acontecimentos históricos” (POPPER, 1974, p. 17). As filosofias sociais que se sustentam a partir dessas idéias, o filósofo agrupou-as no nome de *historicismo*. Para o pensador, todas essas filosofias historicistas têm como base a revolta contra a civilização ocidental, e a razão pela qual alcançam altos índices de popularidade “está em darem expressão a uma profunda insatisfação para com um mundo que não vive, nem pode viver, à altura de nossos ideais morais e de nossos sonhos de perfeição” (POPPER, 1974, p. 19).

O filósofo divide a obra em quatro partes, quais sejam: 1^a) O Mito da Origem e do Destino; 2^a) A Sociologia Descritiva de Platão; 3^a) O Programa Político de Platão e 4^a) O Fundo do Ataque de Platão. Trataremos o tema a partir dessa divisão.

Na primeira parte da obra – O Mito da Origem e do Destino –, Popper busca analisar as primeiras formas da teoria a que viria dar o nome

de historicismo. Inicialmente, denomina tal teoria como “a doutrina de que a história é controlada por leis históricas ou evolucionárias específicas, cujo descobrimento nos capacitaria a profetizar o destino do homem” (POPPER, 1974, p. 22). Isto quer dizer que basta o homem descobrir tais leis para prever o desenrolar histórico e mesmo influenciá-lo.

Podemos encontrar o historicismo em sua forma mais primitiva na chamada doutrina do povo escolhido. Tal doutrina realizou a tentativa de tornar compreensível o curso histórico a partir de uma percepção teística, isto é, a partir da interpretação de que nós somos o povo escolhido para ser instrumento da vontade de Deus e herdar a terra na consumação da história. Nessa perspectiva, “a lei de desenvolvimento histórico é submetido à Vontade de Deus” (POPPER, 1974, p. 22).

Segundo o filósofo, a doutrina do povo escolhido está ligada indubitavelmente a uma forma de organização tribal, que se caracteriza a partir de “ênfase sobre a suprema importância da tribo, sem a qual o indivíduo nada é em absoluto” (POPPER, 1974, p. 23). É a partir dessa idéia que Popper vai inferir que o historicismo tem em sua gênese o desprezo pelo indivíduo e que a teoria, a partir da noção de que pode compreender as leis históricas e influenciar sobre elas, aponta necessariamente para formas totalitárias de organização social, na qual, o indivíduo, por sua vez, é esmagado em sua consciência e autonomia⁴. Essa é a tese central do texto: o historicismo, em todas as suas formas, carrega em si o germe do totalitarismo.

Dessa forma, se no historicismo presente na doutrina do povo escolhido recai a ênfase à vontade de Deus, nas teorias historicistas modernas o destaque recai nas leis da natureza, para o historicismo naturalista, que trata a lei do desenvolvimento como natural, nas leis econômicas, para o historicismo econômico. Citando o caso marxista, em paralelo com a doutrina do povo escolhido, o pensador austríaco afirma que “a filosofia histórica de Marx dá-lhe como substituto a classe escolhida, o instrumento para a criação da sociedade sem classes, e, ao mesmo tempo, a classe destina a herdar a terra” (POPPER, 1974, p. 23-4).

Popper vai buscar as raízes do historicismo como pensamento filosófico sistematizado na Grécia antiga. Segundo ele, foi Heráclito que descobriu a idéia de mudança. Para Heráclito, o mundo apresentava-se como mudança, fluxo e transformação. A ênfase na mudança será a grande característica de seu pensamento e do historicismo em geral. Na filosofia de Heráclito, como também nos historicismos diversos, encontra-se “a excessiva ênfase na mudança, combinada com a crença complementar numa inexorável e imutável lei do destino” (POPPER, 1974, p. 27). Notamos que,

Heráclito, ao concluir que as lutas e as guerras são os princípios pelos quais nascem as mudanças, estabelece certo tipo de lei histórica.

Toda a filosofia grega posterior a Heráclito voltará ao fato da mutação do mundo. Platão, assim, também deu sua contribuição, e concluiu, com Heráclito, que todas as coisas estão em mudança, e que “toda mudança social é corrupção, ou decadência, ou degeneração” (POPPER, 1974, p. 33). Não obstante as semelhanças, os pensamentos de Heráclito e Platão podem ser diferenciados em um importante ponto: para Platão, a lei do destino histórico poderia ser quebrada pela vontade do homem a partir da razão humana. Para ele, “o advento do ponto cósmico de reviravolta poderia manifestar-se na vinda de um grande legislador, cujos dotes de raciocínio, e cuja vontade moral fossem capazes de encerrar esse período de decadência política” (POPPER, 1974, p. 34). Parece que o objetivo de Platão é o retorno à Idade de Ouro⁵, o Estado livre de mudança e corrupção⁶.

Sempre segundo Popper (1979, p. 39), Platão estendeu suas idéias de um estado perfeito e incorruptível a todas as coisas, elaborando assim sua teoria das formas ou idéias, central em sua filosofia: “as coisas em fluxo, as coisas degeneradas e decadentes são (como o Estado), a descendência, os filhos, por assim dizer, de coisas perfeitas [...] o pai, ou o original, de uma coisa em fluxo é o que Platão chama sua ‘Forma’, ou seu ‘Modelo’, ou sua ‘Idéia’. Dessa maneira, os fins políticos de Platão vão depender necessariamente da sua filosofia historicista: fuga do fluxo histórico, estabelecimento do Estado perfeito, que não participa do desenvolvimento histórico, crença de que o modelo do Estado perfeito está no passado, numa Idade de Ouro, de que tal Estado é o primeiro do qual todos os outros são esboços degenerados. Dessa forma, Popper (1974, p. 38) conclui que tais pontos constituem o que, séculos depois, seriam denominados de sistemas utópicos: “Tal combinação é representativa do bom número de filósofos sociais e políticos que produziram o que mais tarde se descreveu como sistemas utópicos”. De fato, as conjecturas do pensador austríaco fazem sentido, na medida em que notamos que os sistemas utópicos também trabalham com a categoria de perfeição (PASSMORE, 2004), ponto característico do pensamento platônico.

Na segunda parte – A Sociologia Descritiva de Platão –, Popper vai buscar as bases sociológicas do pensamento platônico. Três são os pontos estudados pelo pensador e que serão rapidamente abordados: a sua teoria dos inícios primitivos da sociedade; seu historicismo sociológico e econômico - “sua ênfase sobre o fundo econômico da vida política e do desenvolvimento histórico, teoria que Marx reviveu sob o nome de ‘materialismo histórico’” (POPPER, 1974, p. 52) – e sua lei das revoluções políticas.

De acordo com a sua *República*, Platão defende que o Estado perfeito era um reino dos homens mais sábios e semelhantes aos deuses. Segundo o filósofo grego, a lei da mudança foi instalada a partir de lutas internas de cunho classista e permeadas por interesses econômicos. Assim, pode-se dizer que a principal força da dinâmica social da teoria de Platão parte da dimensão material e econômica⁷. Sua teoria historicista da sociedade vai, até mesmo, delimitar períodos e marcos da “história da degeneração política”⁸. De acordo com Popper (1974, p. 59), “essa lei sociológica, juntamente com a observação de que os interesses econômicos são as mais prováveis causas de desunião, é a chave de Platão para a história”. Tal esquema historicista será “revivida por Rousseau e posta em moda por Comte e Mill, por Hegel e Marx”⁹.

Mas se Platão vê no desenvolvimento histórico principalmente a luta de classes como sua principal responsável, como superar essa lei que leva à mudança e à progressiva decadência? Simples: deve-se dar à classe governante um *status* e uma superioridade que não pode ser questionada nem desafiada. A união entre os governantes deve ser ponto principal na tentativa de cessar a mudança histórica. Assim sendo, “quanto mais forte for o sentimento de que os governados são uma raça diferente e inteiramente inferior, tanto mais forte será o sentimento de unidade entre os que governam”. (POPPER, 1974, p. 63). Aqui, sempre de acordo com Popper, Platão parece dar mais um passo ao seu esquema totalitário.

Ponto importante é aquele que diz respeito à teoria platônica da natureza. Para Platão, a ciência deve buscar compreender a “verdadeira natureza de seus objetos” (POPPER, 1974, p.89). Para apreender a natureza das coisas, é preciso voltarmos para sua origem. Dessa forma, tal teoria, aplicada ao mundo social, conduz ao necessário estudo da origem da sociedade e do Estado. Segundo Platão, as origens da sociedade estão na convenção dos homens, isto é, num contrato social. Por outro lado, afirma que essa convenção é natural e tem origem na imperfeição do indivíduo humano (POPPER, 1974, p. 90). Essa teoria quer demonstrar que, se o indivíduo é imperfeito e limitado, deve haver algo que possa colaborar com o homem no caminho da perfeição. Este caminho é o Estado: “deve o estado, portanto, ser colocado acima do indivíduo, visto como só o estado pode ser auto-suficiente (‘autárquico’), perfeito e capaz de tornar boa a imperfeição necessária do indivíduo” (POPPER, 1974, p. 90). Assim, o estado ideal de Platão aparece como o indivíduo perfeito, enquanto o indivíduo, como cópia imperfeita do estado. Dessa forma, “é ‘natural’ para o indivíduo submeter-se ao todo, que não é mera assembléia de indivíduos, mas uma unidade ‘natural’ de ordem superior” (POPPER, 1974, p. 94).

Na terceira parte da obra – O Programa Político de Platão –, Popper visa os objetivos políticos do projeto platônico. Se toda transformação é maléfica e o repouso divino, é necessário que toda mudança seja detida, voltando-se ao estado natural, à forma ou idéia, “ao natural governo de classe dos poucos sábios sobre os muitos ignorantes” (POPPER, 1974, p. 100). O pensador austríaco enumera os principais elementos do programa político platônico:

- a) *A estrita divisão de classes, isto é, a classe governante, consistente de pastores e cães de vigia, deve ser estritamente separada do gado humano;*
- b) *A identificação do destino do estado com o da classe dirigente; exclusivo interesse por esta classe e por sua unidade; e, subordinadas a essa unidade, regras rígidas para criar e educar essa classe, com estrita supervisão e coletivização dos interesses de seus membros [...]*
- c) *A classe governante tem o monopólio de coisas tais como virtudes e adestramento militares, e o direito de portar armas e de receber educação de qualquer espécie [...]*
- d) *Deve haver censura de todas as atividades intelectuais da classe dirigente e uma propaganda contínua visando a moldar-lhe e unificar-lhe as mentes. Qualquer inovação em educação, legislação e religião deve ser evitada ou suprimida;*
- e) *O estado deve ser auto-suficiente. Deve visar a autarquia econômica [...]* (POPPER, 1974, p. 101).

A partir desses elementos, afirma que o programa político de Platão, baseado em uma sociologia historicista, pode ser claramente classificado como totalitário, e dispara: “acredito que o programa político de Platão, longe de ser superiormente moral ao totalitarismo, identifica-se fundamentalmente com ele” (POPPER, 1974, p. 101).

A fim de defender sua posição, Popper trata do conceito de justiça de Platão. A partir da *República*, o filósofo defende que Platão usava a palavra “justo” como sinônimo de “aquilo que é do interesse do estado melhor”. (POPPER, 1974, p. 103). E qual é esse interesse? “Deter qualquer mudança, por meio da manutenção de rígida divisão de classes e do governo de uma classe” (POPPER, 1974, p. 103)¹⁰. A moral subjuga-se ao interesse do estado.

O conceito de igualdade está ligado geralmente à noção de que todos os cidadãos devam ser tratados imparcialmente pelo Estado, ou seja, igualdade perante a lei (isonomia). Isto é o que comporta o conceito de justiça

comumente aceito pelas democracias liberais. Para Popper, Platão tenta estabelecer seu projeto anti-igualitário ou de privilégio natural com base em alguns argumentos. O mais sério deles é a sua defesa de um coletivismo, “ligando-se ao princípio de que o objetivo do indivíduo é manter a estabilidade do Estado” (POPPER, 1974, p. 112).

Esse é um ponto central e interessante da análise do filósofo austríaco. Para ele, as questões que envolvem o individualismo e o coletivismo estão imbricadas necessariamente com as noções de igualdade e desigualdade. O conceito de individualismo pode ser usado como a) oposição ao coletivismo e como b) oposição ao altruísmo. Segundo Popper, não existe palavra que possa expressar o mesmo significado da primeira, entretanto existem diversas outras para a segunda, como “egoísmo” ou “egolatria”.

O coletivismo possui a exigência de que “o indivíduo deveria submeter-se aos interesses do todo, seja este o universo, a cidade, a tribo, a raça, ou qualquer outro corpo coletivo” (POPPER, 1974, p. 15). Essa exigência carrega consigo um apelo moral contra o egoísmo e em favor do altruísmo. Tal perspectiva é ampla e equivocadamente difundida pelo mundo ocidental. Ao contrário, um anti-coletivista pode ser muito bem um altruísta. Mas, para Platão, tal equação não é possível. Para ele, “a única alternativa para o coletivismo é o egoísmo; identifica simplesmente todo altruísmo com o coletivismo e todo individualismo com o egoísmo” (POPPER, 1974, p. 16). Esta identificação, ou seja, entre egoísmo e individualismo, fornece poderosa arma a Platão: “ao defender o coletivismo, pode apelar para o nosso sentimento humanitário de desprendimento. Ao atacar, pode ferretar todos os individualistas como egoístas, incapazes de devotamento a qualquer coisa que não eles próprios” (POPPER, 1974, p. 116).

Popper defende que o coletivismo não se opõe necessariamente ao egoísmo, nem se identifica também com generosidade e altruísmo. É mister citar que o individualismo unido ao altruísmo, defendido por Péricles pouco antes do nascimento de Platão, tornou-se a base da civilização ocidental, com o seu desenvolvimento pela doutrina cristã, além de todas as doutrinas éticas posteriores. O pensamento de Platão, por seu turno, fez com que muitos acreditassem que anti-individualismo era a mesma coisa que anti-egoísmo. Este pensamento, assim,

teve o efeito de uma bem sucedida peça de propaganda anti-humanitária, trazendo confusão à especulação sobre as questões éticas até os dias de hoje, [pois] numa teoria coletivista da justiça como a da república, a injustiça é um ato contra o estado, e não contra um

homem particular, e embora um homem possa cometer um ato de injustiça, só a coletividade pode sofrê-lo (POPPER, 1974, p. 119).

Outro momento importante da terceira parte é o que trata sobre as *mecânicas sociais*. Popper distingue essas mecânicas em duas: a *mecânica utópica* e a *mecânica gradual*. A primeira delas, a *mecânica utópica*, é encontrada no programa político de Platão e nas diversas ideologias historicistas dos séculos XIX e XX. Tal mecânica caracteriza-se pela escolha do objetivo a ser alcançado, isto é, o tipo de Estado ideal. É a partir dessa escolha que vão se delineando as linhas práticas de ação. Só quando “estivermos de posse de algo como um projeto da sociedade que visamos, só então poderemos começar a considerar os melhores modos e meios de sua realização” (POPPER, 1974, p. 173). A mecânica gradual, por seu turno, tem como linha de atuação não um projeto idealizado de sociedade, podendo esperar ou não que uma sociedade em estado perfeito se realize, mas tem consciência de que se puder ser alcançado, está muito longe, “e de que cada geração de homens, os contemporâneos também, portanto, tem uma reivindicação; talvez não tanto uma reivindicação de serem felizes, mas a de não serem infelizes sempre que isso se puder evitar” (POPPER, 1974, p. 174). A mecânica gradual visa combater os maiores males da humanidade, em vez de buscar desesperadamente seu bem definitivo.

Segundo Popper (1974, p. 174), a mecânica gradual foi o único método de aperfeiçoar as coisas que deu certo em qualquer lugar ou tempo, e a outra, a *mecânica utópica*, “onde quer que tenha sido tentado, só tem levado ao uso da violência em lugar da razão, se não ao próprio abandono desta e, de qualquer modo, ao de seu projeto original”. O utópico exige mudanças profundas de uma sociedade como um todo, o que requer necessariamente um governo forte, desbancando para uma ditadura. A mecânica utópica é fútil, na medida em que visa um alvo determinado a ser alcançado sem levar em consideração que ele pode ser alterado no decorrer do processo de sua própria instauração. Popper (1974, p. 177) deixa claro o porquê de suas críticas aos utópicos: “O que critico sob o nome de mecânica utópica é a recomendação da reconstrução da sociedade como um todo, isto é, mudanças abrangentes, cujas conseqüências práticas são difíceis de calcular, em face de nossas experiências limitadas”.

Referindo-se ao pensamento de Marx, e continuando refletindo sobre as mecânicas sociais, Popper (1974, p. 180) nos diz que se o filósofo alemão faz a crítica ao utopismo, de uma coisa ele não escapa em semelhança ao projeto platônico: a crença de que devemos lidar com a sociedade como um todo, devemos empenhar nossas forças em transformar tudo de uma só vez, “não deixando pedra por virar”.

O idealismo da mecânica utópica vai se concatenar necessariamente a um fundo estético, isto é, o desejo de construir um mundo novo verdadeiramente belo, racionalmente organizado e higienizado. Todas as instituições existentes, que causam a dor e o sofrimento humanos, devem ser eliminadas de uma vez por todas a fim de dar lugar ao mundo novo, belo, limpo, racional e imune à dor. Este esteticismo liga-se à idéia do romantismo¹¹. Popper (1974, p. 183) o conceitua da seguinte maneira:

o esteticismo e o radicalismo devem levar-nos a repelir a razão e a substituí-la por uma desesperada esperança de milagres políticos. Esta atitude irracional, que nasce de uma embriaguez de sonhos de um mundo belo, é que chamo de romantismo.

Na quarta e última parte, que dá o título original à obra – A Sociedade Aberta e Seus Inimigos –, Popper reassume as idéias já tratadas durante o livro e lança algumas outras questões. Segundo o filósofo, Platão viveu num período no qual a democracia e o individualismo se firmavam, mas não de forma plena e sem problemas importantes. Assim, Platão desejou responder aos novos problemas e as tensões que surgiam no período, buscando compreender as causas do sofrimento e eliminá-las. Tais respostas, como a detenção da mudança e a volta ao tribalismo, eram completamente equivocadas.

A questão tribal volta à tona nessa parte. Popper esclarece que a tradição tribal, determinada pelos tabus e instituições mágicas, nunca podem ser criticadas por seus pertencentes. Tal tradição coletiva não deixa margem para qualquer aspecto para o exercício de uma responsabilidade pessoal. Diferentemente de nossas sociedades democrático-liberais, que entre as leis de Estado e os tabus que também a compõem existe um campo de decisões pessoais. Como diz,

muitos tomamos decisões pessoais relativamente à deseabilidade ou não de nova legislação e de outras alterações institucionais, isto é, decisões baseadas numa avaliação das conseqüências possíveis e numa preferência consciente por algumas delas. Reconhecemos a responsabilidade pessoal racional (POPPER, 1974, p. 188).

Popper chama essa sociedade de *democrática*, ou *aberta*, e a outra, caracterizada pelo tribalismo como *sociedade fechada*.

O desenvolvimento do pensamento grego foi o início do processo da transição da *sociedade fechada* para a *sociedade aberta* ou democrática. Por

volta do século VI aC, com a emergência do comércio, aspecto fatal para a organização da *sociedade fechada*, iniciou-se um período de tensões, no qual muitos optaram pela tentativa de manutenção à força do tribalismo, como no caso de Esparta. Tais tensões são, segundo Popper, conseqüências da crise e da posterior queda das *sociedades fechadas*. Para ele, “devemos suportar esta tensão como o preço pago pelo incremento de nossos conhecimentos, de nossa razoabilidade, de cooperação e ajuda mútua [...]” (POPPER, 1974, p. 192).

Segundo Popper, os princípios da política espartana assemelham-se profundamente com as tendências totalitárias modernas: fechamento a todas as influências externas, a todas as ideologias democráticas e individualistas, ser independente do comércio, sustentar diferenciação entre própria tribo e as outras, submeter e escravizar os vizinhos. Esses elementos vão encontrar em Platão seu grande porta-voz. O sonho de Platão, “de unidade, beleza e perfeição, esse esteticismo e holismo e coletivismo, é tanto produto quanto sintoma do perdido espírito de grupo do tribalismo. É a expressão de sentimento dos que sofrem da tensão da civilização [...]” (POPPER, 1974, p. 215)¹².

Popper (1974, p. 216) conclui sua obra clamando para que não caiamos no canto tribal de Platão e afirmando que

nunca podemos retornar à alegada inocência e beleza da sociedade fechada. Nosso sonho de um céu não pode ser realizado na terra [...] Não há volta possível a um estado harmonioso da natureza. Se voltarmos, então deveremos refazer o caminho integral – devemos retornar às bestas.

CONCLUSÃO

Popper, em seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos*, faz uma crítica profunda ao historicismo. Parte da hipótese de que ele está ligado, indubitavelmente, às formas tribais de organização e às teorias do povo eleito, e situa Platão como um dos seus primeiros grandes difusores. Ligado à organização tribal, a idéia de que é possível prever as leis histórico-sociais, o pensamento platônico foi, segundo Popper, a gênese do esquema totalitário que marcou, séculos depois, a as ideologias totalitárias modernas. Em contraposição à *sociedade aberta*, ou seja, democrática, que institui o individualismo e a responsabilidade pessoal, a *sociedade fechada*, tribalista, organiza-se tendo o coletivismo e o Estado como agentes principais de arranjo e moralidade. Popper apresenta, na obra em estudo, uma das maiores críticas ao historicismo e seus fundamentos.

Notas

- ¹ Para uma visão mais abrangente da obra de Popper, cf. Ackermann (1976) e Pereira (1993).
- ² O título do livro alude, como se pode notar, à obra de Marx intitulada *Miséria da filosofia*, que por sua vez fazia referência ao texto de Proudhon intitulado *A filosofia da miséria*. Como Marx desejava com seu livro fazer uma crítica ao pensamento de Proudhon, assim também Popper, com o título de sua obra, intentava aludir implicitamente à obra de Marx.
- ³ Sobre Hayek cf. Kimball (2008, p. 58-66).
- ⁴ Como nos diz Arendt (1989, p. 372-3), “o totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez [...] Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados”.
- ⁵ Cf. Le Goff ([19– –]).
- ⁶ “De acordo com os diálogos de Platão (o Estadista), uma Idade de Ouro, a era de Cronos, uma era em que o próprio Cronos rege o mundo e em que os homens nascem da terra, é seguida pela nossa própria era, a era de Zeus, um período em que o mundo é abandonado pelos deuses e só conta com seus próprios recursos, sendo, conseqüentemente, um tempo de acrescida corrupção” (POPPER, 1974, p. 33).
- ⁷ “A fórmula marxista – ‘A história de todas as sociedades até agora existentes é uma história de luta de classes’ – convém quase tão bem ao historicismo de Platão quanto ao de Marx” (POPPER, 1974, p. 53).
- ⁸ “primeiro, após o estado perfeito, vem a ‘timarquia’, ou ‘timocracia’, o governo dos nobres que buscam honra e fama; depois, a oligarquia, o governo das famílias ricas; ‘a seguir, em ordem, nasce a democracia’, o regime da liberdade, que significa a ausência de leis; finalmente vem ‘a tirania...quarta e final enfermidade da cidade’” (POPPER, 1974, p. 54).
- ⁹ “A diferença principal reside na avaliação do curso tomado pela história. Ao passo que a aristocrata Platão condenava o desenvolvimento que descrevia, esses autores modernos o aplaudem, por acreditarem numa lei de progresso histórico” (POPPER, 1974, p. 54).
- ¹⁰ Popper (1974, p. 104) recorta algumas partes de República para referendar o que defende: “‘Afirma-mos [...] repetimos insistentemente que cada homem em nossa cidade deveria fazer apenas uma espécie de trabalho, a saber, aquele trabalho para o qual sua natureza é naturalmente mais capacitada’ [...] Quando cada classe na cidade só se preocupa com seus próprios afazeres, a classe que ganha dinheiro assim como os auxiliares e os guardiães, então isso será justiça’ [...] Realmente, o princípio de que cada classe deve ater-se a suas tarefas próprias significa, em suma e simplesmente, que o estado é justo quando o governante governa, o trabalhador trabalha e o escravo se deixa escravizar”. Popper (1974, p. 103) diz que tal conceito de justiça é francamente totalitário e vem de encontro ao pensamento humanista de justiça que dá os seguintes significados: “a) igual distribuição dos ônus de cidadania, isto é, das limitações de liberdade que são necessárias na vida social; b) tratamento igual dos cidadãos perante a lei, desde que naturalmente, c) as leis não se mostrem favoráveis nem desfavoráveis para com determinados cidadãos individuais, ou grupos, ou classes; d) imparcialidade das cortes de justiça; e) parte igual dos benefícios que o caráter de membro do estado pode oferecer a seus cidadãos”.
- ¹¹ “Eis aí, portanto, delineado este ímpeto romântico à elaboração utópica, sobre o qual podemos ariscar uma brevíssima conclusão: este potencial imaginativo, esta mimese de invenção, este mergulho de toda criação e reflexão intelectuais num mundo onírico, constituiu o sintoma, quem sabe a condição, deste elemento de fantasia e de sonho, desde ingrediente poderoso de aspiração a uma vida e a um mundo melhores, que [...] forneceu energia e esteve sempre presente em todas as construções utópicas” (SALIBA, 2003, p. 54).
- ¹² “Parte dessa tensão está em nos tornarmos cada vez dolorosamente conscientes das grandes imperfeições de nossa vida, das imperfeições pessoais e institucionais, de sofrimento evitável, do desperdício, da desnecessária hediondez e, ao mesmo tempo, do facto de não nos ser impossível fazer algo com relação a tudo isso, mas de que tais melhoramentos seriam tão árduos de realizar quanto são importantes. Essa consciência aumenta a tensão da responsabilidade pessoal, de carregar a cruz de ser humano” (POPPER, 1974, p. 216).

Referências

- ACKERMANN, R.J. *The philosophy of Karl Popper*. Boston: University of Massachusetts Press, 1976.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- KIMBALL R. Hayek & os intelectuais. *Dicta & Contradicta*. São Paulo, n. 1, p. 58-66, jun. 2008, p. 58-66.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, [19- -].
- PASSMORE, J. *A perfectibilidade do homem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.
- POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. V. I, II.
- POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- POPPER, K. R. *Contro Marx*. Roma: Armando, 2000.
- POPPER, K. R. *Miseria dello storicismo*. Milano: Feltrinelli, 2005.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

Abstract: this article aims to quickly present the main criticism of the Popper historicism, from his criticism of Platonic thought in the first volume of his work 'The open society and its enemies'. This criticism is based on some assumptions of historicism and the connection between the utopian forms of thought, based on the quest to build paradise on earth. For Popper, this desire has led us, often, on the other hand, the Fire, which take us to the conclusion that must be eliminated once and for all.

Keywords: *Karl R. Popper, Philosophy, History, historicism*

RODRIGO COPPE CALDEIRA

Mestre e Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor de Cultura Religiosa e Filosofia na PUC-Minas e de História do Cristianismo no Instituto Santo Tomás de Aquino, Belo Horizonte. Historiador. *E-mail:* rcoppe@pucminas.br